

PET no RECURSO ESPECIAL Nº 1.797.618 - SP (2019/0018121-4)

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
REQUERENTE : SINDICATO NACIONAL DOS OPTOMETRISTAS DE
FORMAÇÃO SUPERIOR
ADVOGADOS : FÁBIO LUIZ DA CUNHA - SC011735
JOCIMARA DOS SANTOS - SC027967
REQUERIDO : MUNICIPIO DE BAURU
PROCURADOR : CARLA CABOGROSSO FIALHO E OUTRO(S) - SP135032

DECISÃO

Trata-se de requerimento do Sindicato Nacional dos Optometristas de Formação Superior - SNO, por meio da petição das fls. 1.256-1.403, e-STJ, em que pede seu ingresso no feito na qualidade de *amicus curiae* e o direito de se manifestar em todas as fases processuais, inclusive de realizar sustentação oral. O requerente discorre, ainda, sobre a matéria que é objeto do Recurso Especial.

Sustenta o requerente: "denota-se dos autos que o ponto fulcral da lide é saber se seria ou não privativo do profissional médico a indicação de lentes de grau, bem assim, se seria lícito ao profissional Optometrista a instalação de consultório para atender clientes".

Aduz:

O debate perpassa, assim, pela (i) efetiva e atual formação e qualificação do Optometrista, identificando quem seria esse profissional, quais suas atribuições e importância no sistema de cuidados com a saúde visual da população; (ii) o alcance e aplicação dos Princípios Constitucionais de liberdade de Ofício e Profissão (art. 5º, XIII, CF) e da Livre Iniciativa (art. 1º, IV c/c art. 170, CF) em confronto com as disposições dos decrépitos Decretos 20.931/32 e 24.492/34 e os limites do legislador no que se refere a edição de normas que mitiguem ou aniquilem o "núcleo essencial de direito fundamental"; bem como (iii) os efeitos da superveniência da Lei nº 12.842/2013 e a expressa declaração, chancelada pelo Congresso Nacional, de interesse público na atividade ínsita ao profissional Optometrista.

Em apertadíssima suma, é a divergência posta em debate.

Levando em consideração assim o objeto da lide, tem-se que uma das precípuas finalidades do ora peticionário é justamente a de colaborar com o Estado em estudos e soluções de problemas que digam respeito à ciência da visão denominada Optometria".

É o relatório.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 2.10.2019.

Primeiramente, ressalta-se que a admissão como *amicus curiae* no processo é matéria regulada pelo art. 138 do CPC/2015, dispositivo que baliza

também os parâmetros que possibilitam esse ingresso de terceiros na demanda.

Conforme dispõe o art. 138 do CPC/2015, o ingresso de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada no feito, como *amicus curiae*, exige representatividade adequada, concebida como interesse institucional na causa "ou a relação direta entre a finalidade institucional e o objeto jurídico controvertido" (REsp 1.309.529/PR, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 4/6/2013).

Ensina a doutrina que, por interesse institucional, "compreende-se a possibilidade concreta do terceiro em contribuir com a qualidade da decisão a ser proferida, considerando-se que o terceiro tem grande experiência na área a qual a matéria discutida pertence" (NEVES, Daniel Amorim Assumpção, Novo Código de Processo Civil Comentado artigo por artigo, Salvador, BA: Juspodivm, 2016, pág. 225).

Por outro lado, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o *amicus curiae* atua como "colaborador da Justiça", de modo que sua participação no processo deve ocorrer, "e se justifica, não como defensor de interesses próprios, mas como agente habilitado a agregar subsídios que possam contribuir para a qualificação da decisão a ser tomada pelo Tribunal" (ADI 3.460 ED, Relator Min. Teori Zavascki, Tribunal Pleno, julgado em 12/2/2015, DJe 12/3/2015).

In casu, o interesse da associação requerente tem relação apenas com o julgamento favorável a uma das partes – ora recorrente –, circunstância que afasta a aplicação do instituto, visto que o mero interesse subjetivo no desate da lide não admite a habilitação de terceiro como *amicus curiae* (AgRg na PET no REsp 1.336.026/PE, Rel. Ministro Og Fernandes, Primeira Seção, julgado em 22/3/2017, DJe 28/3/2017; e Rcl 4.982/SP, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Seção, julgado em 27/4/2011, DJe 4/5/2011).

Ante o exposto, **indefiro o pedido formulado pelo Sindicato Nacional dos Optometristas de Formação Superior - SNO.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator